



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sanção da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas**

Palácio do Planalto, 14 de dezembro de 2006

Renan Calheiros, presidente do Senado Federal,
Meu caro Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,
Dilma Rousseff, ministra de Estado chefe da Casa Civil da Presidência
da República,

Senhores ministros de Estado Guido Mantega, da Fazenda; Luiz
Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Paulo Bernardo,
do Planejamento, Orçamento e Gestão; Hélio Costa, das Comunicações; Tarso
Genro, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República,

Senadora Ideli Salvatti,

Aloizio Mercadante,

Deputado Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação
Nacional da Indústria,

Deputado Luiz Carlos Hauly, relator do Projeto na Câmara dos
Deputados,

Senhores deputados Jutahy Júnior, Carlos Melles, Gerson Gabrielli,
Jamil Murad, Luciano Castro,

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae,

E a nossa querida Enerci de Oliveira Silva, que acaba de fazer o seu
pronunciamento aqui,

Senhoras e senhores empresários, pequenos, médios, todos desejando
ser grandes,

Eu penso que eu não precisaria nem fazer discurso, porque já estou
contemplado com o discurso do Armando, do Furlan, do Paulo. Apenas dizer



para vocês que muitas vezes aparecem nos meios de comunicação as divergências do Congresso Nacional e, muitas vezes, as pessoas deixam de levar em conta que o Congresso Nacional é o palco das divergências, porque a diversidade do nosso povo é representada dentro do Congresso Nacional.

Mas eu quero ser testemunha de que, com a aprovação dessa Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, com a aprovação do Fundeb, com a aprovação do reajuste do salário mínimo da forma responsável com que foi votado poucos dias atrás, o Congresso Nacional, na verdade, votou praticamente todas as coisas importantes que caíram no Congresso Nacional, depois dos debates que tinham que acontecer mesmo.

É melhor que seja assim do que no tempo em que as coisas eram votadas sem ter nenhum debate. A democracia tem suas deficiências mas, no fundo, no fundo, não existe nada melhor, não existe nada que dê mais garantia do que o exercício da democracia.

Meu caro Armando Monteiro, meu caro Paulo Okamoto, eu não poderia deixar de fazer justiça ao trabalho que vocês fizeram. O Paulo já estava se tornando chato quando, ao invés de falar “bom dia” para mim, falava da Lei Geral. E o Armando, junto com outros empresários, ao longo desse tempo, tratou de, junto com vocês, fazer uma mobilização que permitiu sensibilizar o Congresso Nacional, sensibilizar o governo, sensibilizar o conjunto da sociedade para uma Lei que é uma grande esperança e nós vamos ver agora os resultados dela. Algumas coisas vão ter que começar a funcionar apenas em julho, porque tem acertos entre prefeituras e estados.

Mas eu estou convencido de que nós entramos num outro momento da história do Brasil, um momento em que não precisamos mais ficar discutindo a inflação. Eu me lembro, no tempo da inflação, de quantas capas de revistas apareciam com um dragão, como se fosse a solução de tudo. Eu me lembro dos anos a fio que nós, trabalhadores, governos, empresários, deputados, senadores, passamos discutindo a questão da dívida externa. Pelo menos de 1980 a mil novecentos e noventa e poucos não se falava em outra coisa, a não



ser na dívida externa. Depois, passamos um outro tempo discutindo a dívida interna, e continuamos discutindo política tributária.

O dado concreto é que nós criamos as condições para que a gente possa dedicar um pouco do nosso tempo para discutir desenvolvimento. E discutir desenvolvimento significa tentar destravar tudo aquilo que pode causar impedimento de políticas de investimento, de ações do governo, para que o desenvolvimento possa acontecer no Brasil, que vai do investimento na infraestrutura, mas que vai, sobretudo, do investimento na crença e na credibilidade que os empresários tenham na regulação que lhes permitam acreditar que não vão ser pegos de surpresa com uma mudança do dia para a noite, como habitualmente nós somos pegos de surpresa no Brasil.

Todo mundo aqui sabe que a construção civil foi um setor que ficou praticamente 20 anos estagnado. Desde 2004, junto com os empresários do setor, junto com a CNI, junto com o Congresso Nacional, nós temos feito uma série de medidas para facilitar a introdução da construção civil como fator determinante para o Produto Interno Bruto. E eu acho que ontem culminamos todo esse processo com a apresentação de uma proposta de pacto que os empresários trouxeram aqui, com perfil meio baixo, porque falaram num crescimento do PIB da construção civil de apenas 2,4%, e eu acho que é possível mais.

Nós temos que continuar ainda abrindo as portas para que novas coisas sejam mudadas para facilitar o investimento. Afinal de contas, não apenas o investimento na infra-estrutura mas, sobretudo, o potencial de investimento em habitação e saneamento básico são atividades econômicas que geram melhorias da qualidade de vida das pessoas, melhoram a saúde das pessoas e, ao mesmo tempo, são atividades que geram empregos e muitos empregos. Acontece que nós ficamos muitos e muitos anos no Brasil sem uma carteira de investimento para o saneamento básico. Em um ano, colocava-se dois bilhões; no ano seguinte, não se colocava nada; no outro ano, colocava-se um bilhão, no ano seguinte, não se colocava nada. O que acontece? As prefeituras não



podem pegar dinheiro, os estados estão endividados e não podem pegar dinheiro, as empresas que podem fazer são de meia dúzia de estados. Ou seja, o governo disponibilizava dois bilhões e, no final do ano, saíam apenas 260 milhões e as coisas não aconteciam no País.

O que o Congresso fez com a aprovação desta Lei foi dizer: “Olha, nós estamos dispostos a destravar este país, a quebrar todas as cercas possíveis, abrir todas as cancelas que tivermos que abrir para que a gente possa dar ao Brasil as oportunidades que ele perdeu no século XX, as oportunidades que nós perdemos no século XIX e nós não temos o direito de perdê-las no século XXI. O Congresso, com essa votação, deu uma demonstração de que não existe mal nenhum em as pessoas pertencerem a partidos diferentes, torcerem para times de futebol diferentes, freqüentarem religiões diferentes se, em determinados momentos, ao invés de olhar as nossas adversidades, a gente conseguir olhar o conjunto do Brasil e no que ele depende das nossas boas ações.

Eu diria aos meus companheiros de governo, aos deputados e senadores e aos empresários, que a aprovação desta Lei é apenas a confirmação da certeza de que é muito mais fácil a gente ser justo e fazer as coisas boas. Foi isso que aconteceu com esta Lei. Eu espero que não apenas os empresários ganhem com isso, os deputados ganhem com isso ou o governo ganhe isso. Eu espero que, no próximo ano, a gente possa fazer uma festa para comemorar os ganhos do povo brasileiro com a aprovação desta Lei.

Meus parabéns a todos, muito obrigado e boa sorte.

Leia o release e a entrevista sobre este assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL141206-1.DOC>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/pr1359.doc>